

Incentivos
e EscolhasLuís Cabral
lcabral@stern.nyu.edu

SUBSIDIARIEDADE

O caso da "Central Park Conservancy" em Nova Iorque, financiada por contribuições privadas, tem feito um excelente trabalho na preservação de um dos parques públicos mais visitados

No clássico de 1958 "The Affluent Society", o economista John Galbraith desenvolve a sua crítica do sistema capitalista. Uma das teorias centrais do professor de Harvard é que a economia de mercado incentiva a sobreprodução de bens de consumo em prejuízo dos bens públicos. A imagem mais conhecida e difundida mostra-nos uma família que viaja num automóvel XPTO, mas circula em cidades que carecem das mais básicas infra-estruturas; família essa que depois faz um piquenique com comidas que são confeccionadas e empacotadas com perfeição, mas que são consumidas em jardins sujos, poluídos e perigosos.

Passado meio século, consideremos um exemplo do país de Galbraith: o Central Park de Nova Iorque. Desenhado e construído no século XIX, este parque de 340 hectares é visitado anualmente por mais de 40 milhões de pessoas. Nos meses de Verão, as actividades lúdicas incluem concertos livres em que se pode ouvir a Filarmónica de Nova Iorque no grande relvado, ou Meryl Streep e Al Pacino no teatro ao ar livre (alguns lembram-se também do famoso concerto de Simon and Garfunkel, em 1982).

A solidariedade é um valor tão fundamental que não deve — não pode — ser decretado como monopólio estatal

O Central Park é uma das muitas instituições americanas que falsificam, por assim dizer, a profecia de Galbraith. O Central Park praticamente não recebe qualquer apoio do Estado, mas não é o parque sujo e poluído que a imagem de "The Affluent Society" faria prever. A "Central Park Conservancy" (CPC), financiada por contribuições privadas, tem feito um trabalho de primeira categoria na preservação de um dos parques mais admirados, estimados e visitados do mundo. A Câmara de Nova Iorque paga algum dinheiro ao parque, mas a maior parte destes pagamentos resulta de contratos de concessão dos vendedores de rua; isto é, não se trata de subsídios mas sim de rendimentos do parque; e correspondem a menos de 10 por cento do orçamento.

Que seria do Central Park se o orçamento estivesse a cargo do Estado? Acredito que a Câmara fizesse um excelente trabalho, mas o problema seria o financiamento. Em primeiro lugar, vários estudos mostram que, por cada dólar que o Estado "mete" numa determinada actividade, perde-se uma fracção significativa de donativos privados. No caso das artes, a economista Jane Dokkof esti-

ma que o *ratio* é de 60 céntimos por cada dólar. Isto significa que, mesmo que a Câmara de Nova Iorque fosse tão eficiente quanto a CPC, uma boa parte do orçamento do Central Park "nacionalizado" seria financiada por impostos. Ora uma grande percentagem dos donativos da CPC provém de indivíduos e empresas ricas, ao ponto que a distribuição dos donativos é provavelmente mais progressiva que o próprio imposto sobre o rendimento. Isto implica que o financiamento por impostos representaria um movimento negativo na distribuição do rendimento.

Finalmente, para quem conhece o Central Park e os outros parques mais pequenos de Nova Iorque é notável o grau de envolvimento dos cidadãos. Por exemplo, o nível de voluntariado é enorme, e o número de contribuições monetárias também (embora na sua maioria sejam contribuições pequenas). Enfim, as pessoas realmente sentem o parque como o "seu" parque. É claro que um parque nacionalizado também é "nosso", mas creio que em menor grau (admito que não sei como medir este último efeito e não sei se alguém alguma vez o mediu).

Chegamos aqui ao ponto principal: o Central Park é um bem comum, um bem público; mas isto não significa que tenha de ser um bem gerido pelo Estado. Sendo possível descentralizar a gestão — bem como o financiamento — de uma actividade colectiva, os benefícios de o fazer normalmente sobrepõem-se aos custos: "decentralized is beautiful", parafraseando E. F. Schumacher.

O grande erro de Galbraith foi não compreender que uma economia de mercado com um Estado que não se mete em todos os cantos da sociedade não significa o aniquilamento dos bens colectivos: público e colectivo não é equivalente a estatal.

Embora seguindo a situação portuguesa um pouco à distância, creio que se nota um acréscimo significativo da sociedade civil, uma pequena "explosão" de iniciativas locais em regime de autogestão: desde o rancho folclórico ao grupo de "bird watchers", passando pela tertúlia cultural. A lengalenga de sempre ("não há verbas, não há apoios") ainda se ouve, mas menos. Aliás, não é só no campo da cultura que encontramos este renascimento: actividades de solidariedade social como o Banco Alimentar são também um claro exemplo da vitalidade da sociedade civil.

Recentemente, li a notícia de uma nova iniciativa, a organização "Cem por Cento Família", "manifestação de uma clara convicção de que a solidariedade e a ajuda são valores fundamentais e factores decisivos na construção da sociedade e na realização da inclusão". Amen, digo eu — acrescentando que a solidariedade é um valor tão fundamental que não deve — não pode — ser decretado como monopólio estatal.

Professor da Universidade de Nova Iorque e da Aese

O autor escreve de acordo com a antiga ortografia